

Doutrina

O DEVIDO PROCESSO LEGAL E O DIREITO DE PERMANECER CALADO. A TORTURA

Maria Garcia

A EVOLUÇÃO DO MANDADO DE INJUNÇÃO NA SUPREMA CÔRTE BRASILEIRA

Sérgio Reginaldo Bacha

THE RECEPTION OF COMMUNITY LAW BY THE NATIONAL LEGAL SYSTEMS

Ami Barav

A INEXISTÊNCIA DE UM SISTEMA ELEITORAL MISTO E SUAS CONSEQÜÊNCIAS NA ADOÇÃO DO SISTEMA ALEMÃO NO BRASIL

Luís Virgílio Afonso da Silva

A COMPATIBILIZAÇÃO ENTRE A LIBERDADE DE INICIATIVA E A DEFESA DO CONSUMIDOR

Ricardo Hasson Sayeg

A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Celso Ribeiro Bastos

O CONTROLE EXTERNO DO PODER JUDICIÁRIO. UMA VISÃO CRÍTICA SOBRE O TEMA

Lúcia Barros Freitas de Alvarenga

PRONÚNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO PARCIAL NO SISTEMA DIFUSO E ACESSO PLENO À JUSTIÇA

Antônio Souza Prudente

A CONSTITUIÇÃO COMO SISTEMA

Maria Célia de Araújo Furquim

REGIME CONSTITUCIONAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (IMUNIDADE TRIBUTÁRIA DE SEU PATRIMÔNIO)

André L. Borges Netto e Albino Coimbra Neto

A CONTAGEM DO TEMPO DE SERVIÇO PRIVADO, PARA FINS DE APOSENTADORIA NO SETOR PÚBLICO. RESTRIÇÕES IMPOSTAS. INADIMISSIBILIDADE.

José Wanderley Bezerra Alves

O PAPEL DA CONSTITUIÇÃO SOB UMA VISÃO AUTOPOIÉTICA DO DIREITO

Roberto Correia da Silva Gomes Caldas

A UNIVERSIDADE PÚBLICA E GRATUITA E SEUS INIMIGOS

Paulo de Sena Martins

LA ATENUACIÓN DEL SISTEMA PRESIDENCIALISTA EN LA REFORMA CONSTITUCIONAL. VARIACIONES SOBRE UN MISMO TEMA

Horacio Daniel Rosatti

EMPRESAS DE FACTORING. PROJETO DE ALTERAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA. INCONSTITUCIONALIDADE (ART. 57). CF, ARTS. 192 E 146

Ives Gandra da Silva Martins

DIREITO DE ASILO POLÍTICO

Fábio Bauab Boschi

O MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO NA CF DE 1988

Roberto Botelho

O ENSINO RELIGIOSO NAS ESCOLAS PÚBLICAS: exegese do § 1.º do art. 210 da constituição federal de 05.10.1988

Anna Candida da Cunha Ferraz

A PREVIDÊNCIA NO ÂMBITO MUNICIPAL

Vitor Rolf Laubé

O PODER REGULAMENTADOR DO ESTADO SOBRE AS AÇÕES E OS SERVIÇOS DE SAÚDE

Lenir Santos

Jurisprudência

Tribunal Regional Federal da 1.^a Região

Constitucional e Tributário - Imunidade recíproca - Conceito de renda - Rendimento de aplicação financeira - IOF - Impossibilidade de cobrança.

Tribunal Regional Federal da 1.^a Região

Ensino do Primeiro Grau - Núcleo pedagógico integrado da Universidade Federal do Pará - Concurso público para preenchimento de vaga na sétima série - Realização de novo concurso para preenchimento de vaga não oferecida no anterior, mas surgida dentro do prazo de validade deste - Direito à matrícula de candidato remanescente nele aprovado - Constituição Federal, art. 37, IV - Segurança deferida.

Supremo Tribunal Federal

ADIn - Defensoria Pública - Remuneração - Piso remuneratório não inferior a sete vezes o menor vencimento da tabela do Poder Executivo - Vinculação remuneratória constitucionalmente vedada - Norma legal resultante de emenda parlamentar - Alegação de inconstitucionalidade formal (art. 63, I, CF) e material (art. 37, XIII, CF) - Plausibilidade jurídica - Periculum in mora caracterizado - Medida cautelar deferida.

Tribunal Regional Federal da 1.^a Região

Ação Civil Pública - Declaração de nulidade da Portaria 664/87, do Ministro da Educação, e da Resolução CD 081/88 do Conselho Diretor da Fundação Universidade de Mato Grosso - Petição inicial - Exposição dos fatos que oferece ao réu oportunidade de ampla defesa, embora concisa e incompleta na fundamentação - Inépcia inexistente - Lide que não versa dissídio entre empregador e empregado, nem discussão decorrente de relação de trabalho, mas nulidade de atos administrativos - Incompetência do juízo rejeitada - Ilegitimidade ativa ad causam e inadequação da via eleita rejeitadas - Ato praticado como administrador público - Ilegitimidade passiva ad causam do seu subscritor admitida - Incentivo outorgado pela aludida resolução a docente não portador de título de doutor ou livre-docente, nem ocupante de cargo ou emprego de professor titular em desacordo com a Lei 6.182/74 - Ilegalidade - Nulidade - Pedido procedente.

Supremo Tribunal Federal

Justiça do Trabalho: TRT. Nomeação de Juiz classista: Legitimidade ad causam para impugnar-lhe a validade da entidade sindical que haja encaminhado listas de candidatos à mesma vaga, independentemente do motivo da nulidade argüida e da existência em concreto do direito alegado pela impugnante a que, anulado o provimento questionado, suas

indicações sejam consideradas.
